



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000885-78.2014.8.17.0000. (325879-7)

IMPETRANTE: JOANA JOSÉ DA SILVA

DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES. FRANCISCO MANUEL TENÓRIO DOS SANTOS

EMENTA

DIREITO CONSTITUCIONAL. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. FORNECIMENTO GRATUITO DE REMÉDIO. IDOSO. EDEMA MACULAR EM OLHO DIREITO, CID 10 H35.3. LUCENTIS-RANIBIZUMABE. AUSÊNCIA DE REGISTRO NO SUS. AUSÊNCIA DE VEDAÇÃO DE INGRESSO DO FÁRMACO NO PAÍS. ENTRAVES BUROCRÁTICOS. IMPOSSIBILIDADE DE AQUISIÇÃO. POBREZA. NEGATIVA DO ESTADO EM FORNECER A MEDICAÇÃO. COMPROVAÇÃO DA ENFERMIDADE E NECESSIDADE DA MEDICAÇÃO GUERREADA. DEFERIMENTO DE LIMINAR. DIREITO LÍQUIDO E CERTO DEMONSTRADO DE PLANO. CONCESSÃO DA SEGURANÇA.

1. Impõe-se o não conhecimento da preliminar de ausência de prova pré-constituída, pois a prescrição médica acostada aos autos por si só já se constitui prova materializada *juris tantum*, que não foi elidida pelo impetrado de forma cabal, pois ali está contido o medicamento indicado para o tratamento, além de dosagem e fórmula para aplicação.

2. Do contexto probatório que se nos apresenta, infere-se que a impetrante é pessoa idosa, que se encontra em grave estado de saúde, decorrente de edema macular em olho direito CID 10 H35.3.

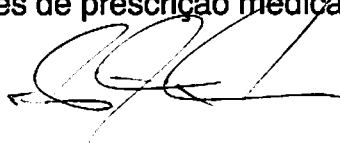
3. No que pertine ao fato do Ranibizumabe não possuir registro no SUS, é de se advertir que, em contrapartida, o medicamento não possui ingresso vetado no país, razão pela qual não há que se falar em "droga ilícita", o que evidencia a inexistência de risco à segurança da saúde pública pela utilização desse tratamento, por ausência de desconformidade explícita com protocolos e diretrizes terapêuticas das políticas públicas de saúde.

22

4. A certeza e liquidez decorrem da sobejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*). A ilegalidade da omissão combatida reside na negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde em sentido amplo.

5. Os direitos aqui reivindicados, garantidos em normas constitucionais e infraconstitucionais, como demonstrado, e vilipendiados pela inação estatal, constituem fundamento relevante, conforme pela Lei nº 1.533/1951. Outrossim, a **Súmula nº 18** desta **Corte de Justiça** dispõe que "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

6. Segurança concedida para **tornar definitiva a liminar concedida**, a fim de determinar à autoridade coatora que forneça, gratuitamente, o medicamento prescrito no receituário anexo à inicial, condicionado o fornecimento das ampolas à apresentação a cada três meses de prescrição médica.



ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº 325879-7, Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes do Grupo de Câmaras de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **conceder a segurança para tornar definitiva a liminar concedida**, a fim de determinar à autoridade coatora que forneça, gratuitamente, o medicamento prescrito no receituário anexo à inicial, condicionado o fornecimento das ampolas à apresentação a cada três meses de prescrição médica, na forma do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife/PE, 23 de 04 de 2014.

Des. Francisco Manuel Tenório dos Santos
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000885-78.2014.8.17.0000. (325879-7)

IMPETRANTE: JOANA JOSÉ DA SILVA

DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES. FRANCISCO MANUEL TENÓRIO DOS SANTOS

RELATÓRIO

Cuida-se de mandado de segurança impetrado por JOANA JOSÉ DA SILVA em face do Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco e outro contra ato consistente na recusa ao fornecimento de medicamento impostergável à saúde do impetrante, portador de enfermidade grave, edema macular em olho direito, CID 10 H35.3, necessitando de tratamento com o medicamento Lucentis-Ranibizumabe 10mg/ml, por 3 (três) meses, em um total de 3 (três) ampolas, segundo tratamento prescrito no receituário anexo à inicial.

Pugna, inicialmente, pela concessão dos benefícios da justiça gratuita, sob o argumento de ser pobre na forma da lei.

Diante da impossibilidade de suportar o encargo, o impetrante procurou a Secretaria Estadual de Saúde, solicitando o fornecimento do medicamento em comento.

A recusa da referida autoridade, que indeferiu o fornecimento do medicamento, motivou a impetração do presente *mandamus*, no qual o impetrante pugna pela concessão de liminar, a fim de que se determine à autoridade coatora o fornecimento urgente do medicamento, com a cominação

de multa diária ao arbítrio deste Juízo em caso de descumprimento da ordem judicial e, ao fim, pela concessão da segurança, confirmando-se a medida e condenando-se o Estado nos ônus sucumbenciais.

Em pronunciamento exordial, esta Relatoria deferiu parcialmente a liminar perseguida, ressaltando somente que por haver possibilidade de continuação do tratamento após meses e a fim de evitar o desperdício do fármaco, a paciente precisa demonstrar a imprescindibilidade do medicamento a cada três meses.

O Secretário de Saúde do Estado de Pernambuco ofertou informações, argumentando que inexistia nos autos do *Mandamus* documento hábil a comprovar a eficácia do tratamento pretendido, sob o argumento de que não foi acostado qualquer documento que ateste que o medicamento guerreado é a única forma eficaz de combate à doença que o impetrante afirma cometê-lo.

Sustenta, ademais, que, na medida em que o Judiciário, em substituição ao administrador, elege a conduta a ser adotada para solução de determinado problema da população, malferir o princípio da eficiência, tendo em vista que obriga a Administração a adquirir produto não constante de normas editadas pelo Ministério da Saúde e cujo atendimento representará deslocamento imprevisto de recursos do orçamento, comprometendo, assim, a economicidade do sistema.

Aduz, ainda, que a Lei nº 8.080/90 traz vedação expressa quanto à dispensação de fármaco sem registro no programa SUS, razão pela qual o Poder Judiciário não pode se sobrepor ao juízo técnico do Ministério da Saúde e da ANVISA, sob pena de lesão ao princípio da legalidade, economicidade e eficiência.

Por fim, alega que ainda que fosse cabível a fixação de astreintes, deve ser compatível com a obrigação, não podendo configurar-se como ônus excessivo.

A Douta Procuradoria Geral de Justiça opinou pela concessão da segurança, nos termos do que foi receitado, condicionando-se a entrega do medicamento à apresentação periódica à Secretaria Estadual de Saúde de laudo e prescrição médica atualizados, permitindo à administração o adequado controle do seu fornecimento.

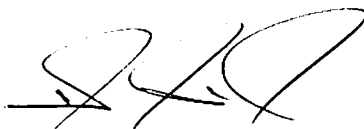
22
7

Por derradeiro, o Estado de Pernambuco em petição datada de 24 de fevereiro de 2014, com base no Parecer Técnico GAJ/GGAJ/SES nº 0196/2014, requereu a intimação da autora para informá-la de que o medicamento consta em estoque, ressaltando que, quando do comparecimento à Farmácia do Estado, deve informar o telefone de contato para cadastro na SES e portar prescrição médica atualizada, a fim de facilitar o futuro cumprimento da decisão.

Consta dos autos certidão atestando o cumprimento efetivo da intimação por oficial de justiça.

É o que de importante se tem a relatar, sucintamente. À mesa.

Recife/PE, 09 de abril de 2014.



Des. Francisco Manuel Tenório dos Santos
Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Rafael Machado da Cunha Cavalcanti

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0000885-78.2014.8.17.0000. (325879-7)

IMPETRANTE: JOANA JOSÉ DA SILVA

DEFENSOR PÚBLICO: CRISTINA SAKAKI

IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: DES. RAFAEL MACHADO DA CUNHA CAVALCANTI

RELATOR SUBSTITUTO: DES. FRANCISCO MANUEL TENÓRIO DOS SANTOS

VOTO

De proêmio, alega o impetrado a ausência de prova pré-constituída por inexistir prova acerca da eficácia do tratamento pretendido, sob o argumento de que não foi acostado qualquer documento que ateste que o medicamento guerreado é a única forma eficaz de combate à doença que sofre o impetrante, sendo juntado tão somente um receituário médico.

Ora, a prescrição médica acostada aos autos por si só já se constitui prova materializada *juris tantum*, que não foi elidida pelo impetrado de forma cabal, pois ali está contido o medicamento indicado para o tratamento, além de dosagem e fórmula para aplicação.

Ante o exposto, voto pela rejeição da preliminar em apreço.

Do contexto probatório que se nos apresenta, infere-se que a impetrante é pessoa idosa, que se encontra em grave estado de saúde decorrente de edema macular em olho direito CID 10 H35.3.

22
9

No que pertine ao fato do Ranibizumabe não possuir registro no SUS, é de se advertir que, em contrapartida, o medicamento não possui ingresso vetado no país, razão pela qual não há que se falar em "droga ilícita", o que evidencia a inexistência de risco à segurança da saúde pública pela utilização desse tratamento, por ausência de desconformidade explícita com protocolos e diretrizes terapêuticas das políticas públicas de saúde.

A certeza e liquidez decorrem da sobejamente demonstrada sonegação de direitos de dignidade constitucional à vida (art. 5º, *caput*, da CF/1988) e à saúde (art. 6º, *caput*).

A ilegalidade da omissão combatida reside na negativa de efetividade a esses direitos fundamentais e na violação a diversos normativos instituidores do dever estatal de prestação dos serviços de saúde em sentido amplo:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e **recuperação** (CF/1988, art. 196).

Art. 6º Estão incluídas ainda no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS):

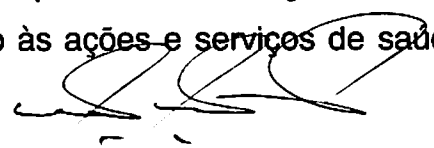
I - a execução de ações:

[...]

d) de *assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica*. (Lei nº 8.080/1990).

Discute-se, pois, sobre a premência do direito à vida, garantia fundamental que assiste a todas as pessoas e dever indissociável do Estado, diante da comprovada necessidade do tratamento e a falta de condições de custeá-lo.

Com a entrada em vigor da Constituição de 1988, o direito à saúde foi elevado à categoria de direito subjetivo público, reconhecendo-se o sujeito como detentor do direito e o Estado o seu devedor, pressupondo o art. 196 da CF a adoção de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde para a sua promoção, proteção e recuperação.

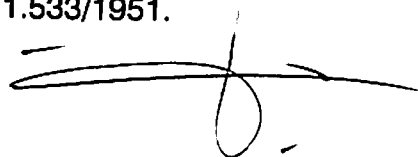


A execução de ditas políticas sociais e econômicas protetivas da saúde vincula-se aos planos e programas que devem assegurar ao indivíduo e à coletividade tudo aquilo que possa ser considerado essencial para a satisfação da saúde física, mental, psicológica, moral e social, aí inseridos o fornecimento gratuito de medicamentos.

É de se ressaltar que o dever de assistência à saúde dos cidadãos surge como uma das formas de garantia do direito à vida localizado no caput do art. 5º da CF, caracterizando-se, pois, como cláusula pétrea, de modo a impedir que o legislador, assim como o administrador, criem situações que impliquem esvaziamento do conteúdo desse dispositivo constitucional. Para além da estreita relação com o direito à vida, o direito à assistência à saúde possui intrínseca relação com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, razão pela qual, conclui-se, qualquer previsão legal, bem como quaisquer atitudes tomadas pelo Poder Público que provoquem o esvaziamento do direito à vida trará, como corolário, o desrespeito à dignidade da pessoa humana, pois são dois vetores considerados igualmente fundamentais pela Constituição.

Adverta-se que, em nosso País, o direito à existência digna é refletido, entre outros aspectos, pela obrigação atribuída ao Estado de realizar ações integradas destinadas a assegurar a prestação dos direitos inerentes à saúde, à previdência e à assistência social, incluídas, nesse contexto, ações que garantam acesso universal igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde. Assim é que qualquer omissão do Estado no papel de garantidor desse direito abrirá ensejo para a propositura de medidas judiciais, não somente naquelas situações em que ele não garantir o direito à saúde, mas também quando o assegurar de forma ineficiente.

Os direitos aqui reivindicados, garantidos em normas constitucionais e infraconstitucionais, como demonstrado, e vilipendiados pela inação estatal, constituem fundamento relevante, conforme pela Lei nº 1.533/1951.



Outrossim, a **Súmula nº 18** desta **Corte de Justiça** dispõe que "É dever do Estado-membro fornecer ao cidadão carente, sem ônus para este, medicamento essencial ao tratamento de moléstia grave, ainda que não previsto em lista oficial".

Ressalto apenas que, apesar de a prescrição médica estabelecer o prazo mínimo de duração de tratamento, o que se revela razoável haja vista que o custo do fármaco é elevado e não pode ser desperdiçado, cautela esta que se impõe na presente lide mediante a exigibilidade da apresentação, a cada três meses, de prescrição comprobatória da melhoria da acuidade visual da paciente no início do tratamento, fazendo consignar a imprescindibilidade da continuidade da terapia.

Sendo assim, por haver a possibilidade de continuação do tratamento após os meses e a fim de evitar o desperdício do fármaco, a paciente precisa demonstrar a imprescindibilidade do medicamento a cada três meses.

Destarte, **VOTO PELA CONCESSÃO DA SEGURANÇA**, tornando definitiva a liminar concedida, a fim de determinar à autoridade coatora que forneça, gratuitamente, o medicamento prescrito no receituário anexo à inicial, Lucentis - Ranibizumabe 10mg/ml (ampola), por 3 (três) meses no quantitativo de 3 (três) ampolas, **CONDICIONADO O FORNECIMENTO DAS AMPOLAS À APRESENTAÇÃO A CADA TRÊS MESES DE PRESCRIÇÃO MÉDICA DE PERMANÊNCIADA NECESSIDADE/UTILIDADE/IMPRESINDIBILIDADE DO FÁRMACO** em questão para o tratamento de saúde do demandante.

Dezife 1 23 de abril de 14.



T. dos Santos.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

37
2

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO - 23 04 2014
MANDADO DE SEGURANÇA Nº 325879-7 - RECIFE
IMPETRANTE: JOANA JOSÉ DA SILVA
IMPETRADO: SECRETÁRIO DE SAÚDE DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RELATOR: DESEMBARGADOR FRANCISCO TENÓRIO

RELATÓRIO NOS AUTOS, FLS. 81-82.

VOTO DO RELATOR

O mandado de segurança foi interposto ante a recusa do fornecimento do medicamento ao portador de enfermidade grave, edema macular em olho direito, CID 10 H35.3, necessitando de tratamento com o medicamento Lucentis-Ranibizumabe 10mg/ml.

O parecer da Procuradoria é pela concessão da segurança.

Essa matéria é conhecida, mas não vejo como negar e voto no sentido de conceder a ordem para o fornecimento do medicamento.

DESEMBARGADOR LUIZ CARLOS FIGUEIRÊDO (PRESIDENTE)

O eminente relator concede a segurança pelas razões apontadas. Há alguma objeção?

OS EMINENTES DESEMBARGADORES ITAMAR PEREIRA, ANDRÉ GUIMARÃES, ERIK SIMÕES, JORGE AMÉRICO, ALFREDO JAMBO, JOSÉ IVO, BANDEIRA DE MELLO E RICARDO PAES BARRETO VOTAM DE ACORDO COM O RELATOR.

DECISÃO:

“À UNANIMIDADE DE VOTOS, CONCEDIDA A SEGURANÇA, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR”.

MM
1